

# COMUNICA ASPADI

Assessoria de Participação Social e Diversidade



## O que faz a Assessoria de Participação Social e Diversidade?

Auxilia o Ministério da Igualdade Racial na formulação de políticas e diretrizes direcionadas à promoção da participação social, da igualdade racial e suas interseccionalidades (DECRETO 11.346 ART. 5º).

## Objetivos do Boletim Informativo "Comunica ASPADI"

Divulgar políticas de promoção da igualdade racial por meio de ações e atividades do MIR de interesse da Sociedade Civil;

Promover diálogo e ampliar a participação social em todo o ciclo de políticas públicas;

Valorizar a diversidade e aumentar as formas de comunicação com a sociedade.



[Acesse o cadastro](#)

## Campanha de atualização de dados ou novo cadastro dos movimentos sociais

O Ministério da Igualdade Racial (MIR), por meio da Assessoria de Participação Social e Diversidade (ASPADI), convida para a Campanha de Atualização de Dados e/ou Novo Cadastro dos Movimentos Sociais com intuito de democratizar informações do MIR junto às organizações sociais com atuação direta na área da igualdade racial e étnico e/ou mesmo, pessoas e instituições interessadas, de forma geral, na pauta da igualdade racial e étnico.



## Apresentação

A participação social é, ao mesmo tempo, princípio e método para a construção de políticas públicas comprometidas com a justiça, a democracia e a transformação das desigualdades. No campo da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo, essa centralidade se expressa de forma ainda mais contundente: é a partir da escuta, da mobilização e da formulação coletiva protagonizada pela sociedade civil — em especial pelo movimento negro — que o Estado brasileiro avança.

É nesse horizonte que a Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspadi) do Ministério da Igualdade Racial apresenta esta edição do Boletim, que reúne notícias e atualizações do período de janeiro a março de 2026. Trata-se de um ciclo que marca os últimos meses da gestão da ministra Anielle Franco, a quem reconhecemos a liderança na reconstrução e no fortalecimento das políticas de igualdade racial, e a partir do qual seguimos avançando em uma agenda de continuidade e de entregas, agora sob a condução da ministra Rachel Barros.

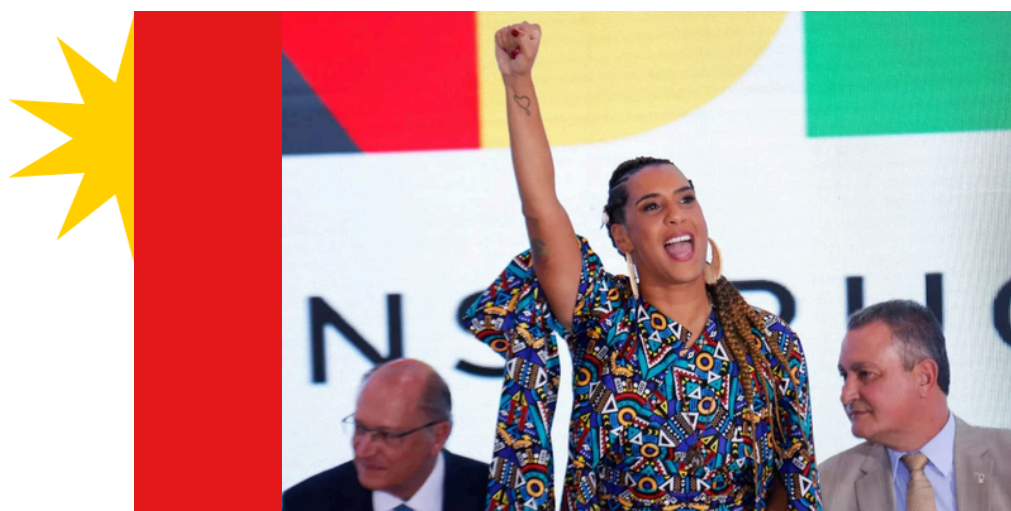
A adoção de uma periodicidade trimestral busca qualificar a sistematização das ações e fortalecer a devolutiva institucional às entidades, organizações e coletivos que constroem, conosco, a agenda da igualdade racial no país.

Seguimos com nossos canais de comunicação ativos, garantindo o envio contínuo de editais, oportunidades e informações relevantes às entidades cadastradas. Ao mesmo tempo, temos ampliado, de forma consistente, os espaços de diálogo direto com a sociedade civil, fortalecendo a presença institucional do Ministério nos territórios e nos processos participativos.

Nesse período, destaca-se a atuação da Aspadi nas edições do Governo do Brasil na Rua, nas Caravanas Federativas e em eventos e seminários do Sistema de Participação Social do Governo Federal. Esses espaços têm sido fundamentais para aprofundar a escuta, fortalecer vínculos e reafirmar que a construção das políticas de igualdade racial se dá de forma compartilhada, com protagonismo social e compromisso público.

Seguimos avançando com a convicção de que não há política de igualdade racial consistente sem participação social ativa, plural e permanente.

Fabio Moassab Bruni  
**Chefe da Assessoria de Participação e Diversidade Social**



## Ministra Anielle Franco e o Fortalecimento dos Instrumentos da Participação Social

No período de 2023-2026 à frente do Ministério da Igualdade Racial, a Ministra Anielle Franco conduziu uma gestão marcada pela estruturação da pasta e pela ampliação de políticas públicas voltadas ao combate ao racismo no país. A atuação da ministra priorizou ações como o fortalecimento das políticas afirmativas, a regularização de territórios quilombolas e a ampliação dos canais de participação social. Entre as iniciativas de destaque está a criação da primeira Casa da Igualdade Racial, inaugurada no Rio de Janeiro em 2026. O espaço oferece atendimento psicológico, jurídico e social a vítimas de discriminação racial, consolidando-se como um marco no acolhimento institucional e na promoção de direitos.

A pauta segue como prioridade dentro da agenda governamental, com articulação entre diferentes ministérios e setores da sociedade civil. Outro eixo central da gestão foi o fortalecimento das políticas voltadas aos povos tradicionais. O período recente registrou avanços na regularização de territórios quilombolas, além da elaboração de planos específicos para comunidades ciganas e povos de terreiro, ampliando o reconhecimento e a proteção desses grupos.

A participação social também tem sido um dos pilares da atuação do ministério. A presença no chamado “Círculo dos Povos”, espaço de diálogo que integra comunidades tradicionais nas discussões da COP 30, reforça o compromisso com a inclusão dessas populações em agendas globais. Voltado à juventude, o Plano Juventude Negra Viva buscou enfrentar a violência letal contra jovens negros, uma das principais preocupações da política pública de igualdade racial. A iniciativa articula ações interministeriais para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades. Além disso, parcerias nacionais e internacionais foram firmadas com o objetivo de promover inclusão produtiva e fortalecer políticas voltadas às mulheres negras.



## ASPADs Fortalecem Participação Social e Ampliam Alcance do Governo do Brasil na Rua

As Assessorias de Participação Social e Diversidade (ASPADs) têm desempenhado papel estratégico na implementação do programa “Governo na Rua”, funcionando como ponte entre o Estado e a sociedade civil. Essas assessorias garantem que as ações do governo federal cheguem de forma mais efetiva aos territórios. Durante as atividades itinerantes do programa, são responsáveis por promover a escuta qualificada da população, especialmente de comunidades negras, periféricas e tradicionais. Esse trabalho assegura que as políticas públicas sejam formuladas e executadas com base nas demandas reais da sociedade, fortalecendo a participação social nos processos de decisão. Outro ponto de destaque é a atuação das ASPADs na mobilização de movimentos sociais, lideranças comunitárias e organizações locais.

Essa articulação contribui para ampliar o acesso da população aos serviços ofertados pelo programa, além de garantir maior diversidade e representatividade nas ações realizadas. As assessorias também têm papel fundamental na incorporação do recorte de igualdade racial nas políticas públicas levadas aos territórios. Ao promover o enfrentamento ao racismo institucional, as ASPADs colaboram para a construção de um atendimento mais inclusivo e adequado às diferentes realidades sociais.

No Ministério da Igualdade Racial, a atuação das ASPADs fortalece a integração entre políticas públicas e iniciativas governamentais, contribuindo para que programas e ações alcancem, de fato, a população. Além disso, as assessorias incentivam o controle social, acompanhando a execução das ações e estimulando a participação da sociedade na avaliação das políticas implementadas. Com isso, as ASPADs se consolidam como instrumentos essenciais para garantir a efetividade, a transparência e a legitimidade das ações do programa “Governo na Rua”.



## MIR inaugura primeira Casa da Igualdade Racial do país

Em janeiro de 2026 o Ministério da Igualdade Racial (MIR) inaugura, a primeira Casa da Igualdade Racial do país, no Rio de Janeiro, marcando o início da implementação nacional de uma política pública estruturante voltada ao enfrentamento ao racismo e à promoção de direitos. A iniciativa está prevista no Decreto nº 12.514/2025 e estabelece as Casas como espaços permanentes de acolhimento, orientação e fortalecimento da população negra. No município, os atendimentos ao público terão início na segunda-feira (23), com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, com intervalo das 12h às 14h. A ação representa um avanço na consolidação de equipamentos públicos voltados à garantia de direitos e à redução das desigualdades raciais.

A Casa da Igualdade Racial é fruto de uma articulação entre o Ministério da Igualdade Racial, a Prefeitura do Rio de Janeiro, a CAIXA e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), consolidando uma atuação interinstitucional voltada à promoção da equidade. A unidade foi concebida como um espaço de referência para o atendimento qualificado da população negra, integrando serviços e políticas públicas já existentes. A ministra Anielle Franco destacou o potencial transformador da iniciativa, ressaltando que a entrega inaugura uma rede que será ampliada em diferentes regiões do país. A previsão é de que novas unidades sejam implementadas ainda em 2026 em cidades como Fortaleza (CE), Pelotas (RS), Salvador (BA), Contagem (MG) e Itabira (MG), com investimento estimado em R\$ 6,8 milhões nos primeiros 20 meses. As Casas contam, ainda, com estrutura tecnológica viabilizada por parceria com o Ministério das Comunicações, incluindo a destinação de computadores para fortalecer os órgãos de igualdade racial em todo o país.

A proposta da Casa da Igualdade Racial se estrutura a partir de uma abordagem multidisciplinar, oferecendo orientação jurídica e apoio psicossocial a vítimas de racismo, além de realizar encaminhamentos para serviços de saúde, educação, assistência social e direitos humanos, em articulação com o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). O espaço também promoverá ações permanentes de valorização da cultura afro-brasileira, com oficinas, formações e atividades educativas. Outro eixo estratégico é a inclusão produtiva, com iniciativas voltadas ao empreendedorismo negro, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. A Casa se consolida, assim, como um equipamento público de proteção e oportunidade, ampliando a presença do Estado nos territórios e fortalecendo o acesso a direitos. Os canais de atendimento incluem o e-mail institucional e a plataforma Fala.BR, garantindo acesso a denúncias, orientações e acompanhamento dos serviços.

[Leia a matéria completa no site.](#)



## 1º Fórum Nacional de Ações Afirmativas reúne especialistas e gestores para discutir políticas de equidade racial

Nos dias 26 e 27 de Março de 2026, o Ministério da Igualdade Racial (MIR), promoveu o 1º Fórum Nacional de Ações Afirmativas. O evento reuniu gestores públicos, representantes da sociedade civil, especialistas e autoridades para discutir os rumos das políticas de ações afirmativas no país e abriu oficialmente os debates sobre os avanços, desafios e perspectivas dessas políticas, estruturantes para a promoção da equidade racial no Brasil. A mesa de abertura institucional marcou o início dos trabalhos, com a apresentação dos objetivos do Fórum e a defesa da escuta ativa e da participação social na formulação e aprimoramento das ações afirmativas.

Para o secretário de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, Tiago Santana, o encontro reforça o papel estratégico desse diálogo. “O Fórum é uma oportunidade de consolidar propostas dos movimentos sociais negros e incorporá-las ao nosso plano operativo na saúde da população negra”, reforçou. Ao final das atividades, o Documento do Fórum foi aprovado e será disponibilizado após consolidação e diagramação, reunindo as propostas construídas ao longo dos debates.

O segundo dia do Fórum foi dedicado aos Grupos de Trabalho (GTs) de Educação, Trabalho, Saúde, Cultura e Política, nos quais participantes analisaram desafios, sistematizaram contribuições e fortaleceram diretrizes para o aprimoramento das políticas de ações afirmativas no país. Além disso, foi apresentado o Relatório Anual 2025 do Comitê Gestor do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), documento que reúne análises e orientações para o fortalecimento das ações afirmativas no serviço público federal, com base no trabalho de sete ministérios e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que compõem o comitê.

[Leia a matéria completa no site.](#)

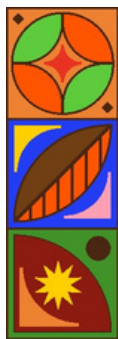


Foto: André Zimmerer/MTur

## MIR divulga resultado do 1º Prêmio Rotas Negras

Instituído pelo Decreto nº 12.277/2024, o Programa Rotas Negras é uma ação estratégica do Governo do Brasil para estruturar e fortalecer o turismo negro no País. Seu objetivo central é valorizar a memória e a cultura afro-brasileira, utilizando o turismo como ferramenta de desenvolvimento econômico, geração de renda e emprego.

O programa é desenvolvido de forma intersetorial, envolvendo ministérios como o do Turismo (MTur), Cultura (MinC), Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), além de órgãos como a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e a Fundação Cultural Palmares (FCP). A iniciativa busca dar visibilidade a roteiros que envolvem comunidades quilombolas, de terreiro e pontos de memória, promovendo o reconhecimento do protagonismo negro na formação da sociedade brasileira.

Em março de 2026, O Ministério da Igualdade Racial (MIR), divulgou o resultado do 1º Prêmio Rotas Negras. A iniciativa, que irá premiar 50 projetos, é uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integra as ações do Programa Rotas Negras, voltado à valorização do afroturismo e ao fortalecimento de territórios de memória e resistência no Brasil.

Contemplando pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, o objetivo do prêmio é incentivar projetos que valorizem o legado africano, afro-diaspórico e afro-brasileiro, fortalecendo espaços de memória e resistência urbanos ou rurais.

**“Ao valorizar a herança negra na construção da identidade nacional, a iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades e promover um turismo que respeite e potencialize o legado ancestral”, informou o ministério, em nota à imprensa.**

Foto: Tábata Matheus/MIR



Foto: Gabrielle Paju/MIR

## MIR lança guia para melhorar atendimento a vítimas de racismo

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) lançou, o Guia Ouvidorias com Perspectiva Racial, documento que marca um avanço estratégico na qualificação do atendimento a vítimas de violência racial no serviço público. Elaborado para fortalecer a atuação das ouvidorias públicas em situações de discriminação racial, o Guia reúne diretrizes práticas, fundamentos conceituais e orientações operacionais para apoiar profissionais responsáveis por acolhimento, escuta e tratamento de denúncias. O material propõe um modelo de atendimento sensível, qualificado e comprometido com a justiça racial, em consonância com os princípios estabelecidos pelo **Estatuto da Igualdade Racial**.

**A ouvidora-Geral da União**, reforçou que a estrutura das ouvidorias é determinante para garantir acesso à justiça e promover confiança na atuação estatal. “As ouvidorias não são apenas canais de registro. São espaços de escuta e acolhimento, onde a sociedade precisa encontrar confiança para falar com o Estado”, defendeu.

**Para o ouvidor Fábio Bruni**, o fortalecimento das ouvidorias exige não apenas atualização técnica, mas também um compromisso ético com a promoção da igualdade racial dentro do Estado brasileiro. “Ouvidorias são a conexão do Estado com o cidadão. São espaços de proteção e garantia de direitos, alinhados ao Estatuto e à dignidade da pessoa humana”, enfatizou. “Quando pensamos esse guia, nossa maior preocupação foi que ele trouxesse uma diretriz de atendimento antirracista acolhedor, que entendesse a realidade diversa e plural do nosso país, colocou a oficial de projetos da Unesco, Ana Paula Matias.

[Leia a matéria completa no site.](#)

# Ouvidoria da Igualdade Racial

## Ouvidoria do Ministério da Igualdade Racial promove debates sobre direitos de pessoas trans e mulheres de terreiro em edições do Café com a Ouvidoria



Foto: MIR

No mês de janeiro, mais uma edição do Café com Ouvidoria, com o tema “Direitos, escuta e proteção”, em alusão ao mês da Visibilidade Trans. O encontro reuniu a então conselheira do CNPIR, Bruna Ravena, e a delegada Cyntia Carvalho, da DECRIN/PCDF, além de representantes do Supremo Tribunal Federal, de universidades e da sociedade civil, com o objetivo de debater o acolhimento e a proteção de pessoas trans sob diferentes perspectivas institucionais, acadêmicas e sociais, reforçando a importância da escuta qualificada e da garantia de direitos dessa população.

[Leia matéria completa!](#)



No mês março, a edição especial do Café foi em alusão ao Mês das Mulheres, com o tema “Mulheres de Terreiro – Escuta, Diálogo e Saberes”, no Salão Nobre do bloco K, na Esplanada dos Ministérios. O encontro reuniu representantes da sociedade civil, ouvidores de órgãos federais e lideranças religiosas de diferentes estados para debater o papel dos terreiros, o combate à violência, o acesso a serviços públicos e a importância da escuta qualificada.

Durante o evento, foram compartilhadas experiências de mulheres de terreiro, destacando a necessidade de respostas mais ágeis e eficazes do Estado diante de denúncias, além de orientações sobre os canais oficiais de manifestação, como a plataforma Fala.BR, reforçando o compromisso com a promoção de direitos e o enfrentamento ao racismo religioso.



Foto: MIR

[Leia matéria completa!](#)



## Artigo do MIR celebra Tradições de Matrizes Africanas e Reforça Combate ao Racismo Religioso

O dia 21 de março celebra as tradições de matriz africana vivenciadas nos terreiros, reconhecidos como espaços essenciais de preservação e ressignificação das heranças africanas trazidas ao Brasil durante a escravidão, além de incorporarem elementos indígenas. Essas práticas formam um sistema cultural complexo, fundamental para a formação histórica e social do país, tendo o Candomblé como uma de suas principais expressões religiosas e identitárias.

Nas comunidades de terreiro, a identidade está ligada à pertença às “nações” do Candomblé, que remetem às origens africanas dessas tradições recriadas no Brasil. Entre elas estão Angola, Jeje, Efón e Ketu, associadas a povos como iorubás, bantos e efóns. Essa identificação representa uma conexão ancestral e orienta práticas, rituais e fundamentos religiosos, funcionando como um importante marcador de pertencimento.

Além do valor simbólico, essas comunidades possuem reconhecimento legal no Brasil, com marcos como o Decreto nº 6.040/2007 e o Decreto nº 12.278/2024, que institui uma política nacional voltada a esses povos. Os terreiros são entendidos como espaços dinâmicos e de resistência ao racismo, atuando também na preservação de práticas culturais, alimentares e linguísticas que influenciam a cultura brasileira, inclusive em manifestações populares.

O Governo Federal tem ampliado ações de proteção a esse patrimônio, com destaque para a criação do Ministério da Igualdade Racial e a inclusão dessas comunidades no planejamento e orçamento públicos. A construção participativa da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro reforça diretrizes de promoção de direitos, valorização cultural e combate ao racismo.

Em um contexto de histórico racismo religioso, o reconhecimento do 21 de março e o fortalecimento de políticas públicas se tornam estratégias fundamentais para enfrentar desigualdades. Mais do que uma data simbólica, o dia representa avanços estruturais que envolvem reconhecimento histórico, fortalecimento institucional e compromisso do Estado com esses povos e suas tradições.

[Confira artigo na íntegra!](#)



Foto: Ricardo Stuckert/PR

## MIR faz retrospectiva das ações e consolida avanços institucionais

### 2025 foi marcado por avanços socioeconômicos em políticas públicas

O Ministério da Igualdade Racial registrou, em 2025, avanços estruturantes na promoção da igualdade racial e no enfrentamento ao racismo. As ações incluíram o fortalecimento das cotas no serviço público, a coordenação de iniciativas de ações afirmativas para ampliar diversidade e equidade, além do avanço na proteção de povos e comunidades tradicionais de terreiro e na garantia de direitos territoriais quilombolas.

[Leia a matéria completa no site.](#)

O Ministério da Igualdade Racial destacou, avanços no combate ao racismo e no fortalecimento de políticas de igualdade racial. As ações incluíram reparação, valorização da identidade afro-brasileira, desenvolvimento econômico e articulação internacional, com foco na participação social e na garantia de direitos.

[Leia a matéria completa no site.](#)





## Relatório de Gestão do MIR traz avanços recordes em políticas de igualdade racial

O Relatório de Gestão do Ministério da Igualdade Racial (MIR) destaca que 2025 foi marcado por avanços recordes e resultados expressivos na consolidação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. Entre os principais destaques estão o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), com ampliação da adesão dos entes federativos, e o avanço de iniciativas estruturantes como o Plano Juventude Negra Viva, voltado à redução das vulnerabilidades e ao enfrentamento das desigualdades que afetam a população negra.

O documento também evidencia progressos em áreas estratégicas, como o fortalecimento de ações afirmativas, a ampliação de políticas de inclusão no ensino superior, o avanço na regularização e titulação de territórios quilombolas e a intensificação de medidas de enfrentamento ao racismo ambiental. Além disso, o relatório reforça o compromisso do ministério com a participação social e a articulação interinstitucional, buscando garantir direitos, ampliar oportunidades e consolidar uma agenda permanente de justiça racial no país.

[Leia a matéria completa no site.](#)

Quando o Ministério da Igualdade Racial transforma compromisso em ação, o resultado é um país que avança com mais justiça, mais oportunidades e menos desigualdade — porque igualdade racial não é promessa, é política pública em movimento.





Foto: Manuel Elías/UN Photo

## Resolução da ONU reconhece o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas como o mais grave crime contra a humanidade

A Organização das Nações Unidas aprovou uma resolução histórica que reconhece o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas como o mais grave crime contra a humanidade, marcando um avanço significativo no reconhecimento internacional das injustiças históricas cometidas contra populações africanas e afrodescendentes. A decisão, apoiada por ampla maioria dos Estados-membros, reforça a necessidade de enfrentar os impactos duradouros da escravidão, incluindo desigualdades raciais estruturais que ainda persistem em diversas sociedades.

O documento também destaca a importância de promover justiça, dignidade e reparação, incentivando países a considerarem pedidos formais de desculpas e a contribuírem para iniciativas de compensação histórica. Além disso, a resolução aponta para a restituição de bens culturais e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à igualdade racial, consolidando um marco global que legitima e impulsiona ações institucionais, como as desenvolvidas pelo Ministério da Igualdade Racial, no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma agenda de justiça racial.

[Leia a matéria completa no site.](#)

Com o fortalecimento do Ministério da Igualdade Racial, o Brasil transforma memória em justiça e reconhecimento em ação concreta por igualdade racial.



Foto: Thiago Sousa e Thay Alves/MIR

## A recondução dos Conselheiros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) para o biênio 2026-2028

Oficializada em novembro de 2025, durante a 94ª Reunião Ordinária em Brasília. O ato renova o mandato, garante a continuidade das políticas de igualdade racial e fortalecendo a participação social. A recondução visa estabilidade e consolidação das ações governamentais.

***“Hoje fazemos um balanço do trabalho do Conselho, avaliando os encaminhamentos das comissões permanentes e do colegiado em si, além de propor novas atividades a partir dos encaminhamentos da 5ª Conapir (Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial)”.  
Secretária-executiva do Conselho,  
Larissa Santiago***



Foto: Sarah Sampaio

[Leia a matéria completa no site.](#)

**“Seguimos comprometidos com uma governança sólida e com a ampliação das ações do Governo Federal para promover justiça racial.**



Foto: MIR

## MIR Leva Cidadania e Informação Sobre Igualdade Racial à Caravana Federativa no Rio de Janeiro

O Ministério da Igualdade Racial participou da abertura da Caravana Federativa no Rio de Janeiro, em Niterói, reforçando sua atuação na articulação entre diferentes esferas de governo e a sociedade civil. A iniciativa busca aproximar políticas públicas dos territórios e ampliar o acesso a programas e investimentos. O evento contou com a presença de autoridades nacionais, destacando a relevância da integração federativa. A participação do presidente e da ministra evidenciou o compromisso com a efetividade das ações governamentais. A caravana se apresenta como estratégia para fortalecer o diálogo entre os entes federativos.

A Caravana Federativa se consolidou como espaço de diálogo direto entre gestores locais e o governo federal. Prefeitos e equipes técnicas puderam apresentar demandas e buscar soluções junto aos ministérios. O presidente destacou a importância de utilizar o espaço para destravar projetos e viabilizar políticas públicas. Durante o evento, o MIR apresentou materiais institucionais voltados à promoção da igualdade racial. Entre eles, a Cartilha de Emendas Parlamentares e folders informativos do CNPIR. Também foram distribuídos conteúdos sobre povos ciganos e povos de terreiro, além do Estatuto da Igualdade Racial. Esses materiais visam orientar sobre direitos e políticas públicas disponíveis. A ação reforça o compromisso com a informação, participação social e ampliação do acesso às políticas públicas.

A Assessoria de Participação Social e Diversidade (ASPADI), tem desempenhado papel estratégico nas Caravanas Federativas, atuando como elo direto entre o governo federal, os municípios e a sociedade civil. A iniciativa busca garantir que as políticas de igualdade racial sejam efetivamente implementadas nos territórios, alcançando populações historicamente excluídas. Durante as caravanas, a ASPADI atua para transformar diretrizes nacionais em ações concretas, promovendo diálogo com gestores locais e movimentos sociais, com o objetivo de assegurar que a pauta da igualdade racial deixe de ser apenas conceitual e se traduza em políticas públicas acessíveis e efetivas nos municípios.



Foto: Bruno Fernandes/MIR

## Mudanças no Ministério da Igualdade Racial

A posse da nova Ministra da Igualdade Racial, Rachel Barros, realizada no dia 1º de Março no Palácio do Planalto, em Brasília, marca um novo momento na condução das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial no país. A cerimônia reuniu autoridades, representantes da sociedade civil, movimentos sociais e integrantes do Governo Federal, simbolizando a continuidade institucional e o fortalecimento da agenda de enfrentamento ao racismo.

Durante a cerimônia, a ex-ministra Anielle Franco apresentou a nova titular da pasta e enfatizou sua experiência e compromisso com a agenda racial, destacando a confiança na continuidade e no aprofundamento das ações desenvolvidas. Rachel Barros, por sua vez, reforçou o papel transformador das políticas públicas, lembrando sua trajetória na educação pública e o impacto das ações afirmativas em sua vida e na de sua família.

A Ministra também destacou avanços recentes da pasta, como a ampliação das políticas de ações afirmativas, a inclusão de quilombolas nas leis de cotas, o fortalecimento da presença de pessoas negras no serviço público e a implementação de políticas inéditas voltadas aos povos de matriz africana, comunidades de terreiro e populações ciganas. Entre as ações estruturantes, foram mencionados programas e planos nacionais que consolidam a atuação do ministério, com foco na promoção da cidadania e na redução das desigualdades raciais.

Com a nova gestão, o Ministério da Igualdade Racial reforça seu papel estratégico na formulação e execução de políticas públicas voltadas à justiça social, mantendo o compromisso com a promoção da equidade, o reconhecimento das populações historicamente marginalizadas e o fortalecimento dos direitos da população negra no Brasil.



## Ficha Técnica

### Assessoria de Participação Social e Diversidade- ASPADI

**Chefe da Assessoria:** Fábio Bruni

**Coordenador(a) de Relações Institucionais:** Janaina Fernandes

**Chefe de Divisão:** Fabiana Reis Martins

**Edição de textos e imagens:** Fabiana Martins/Thiago Alves/Janaina Fernandes

**Design:** Janaina Fernandes/Thiago Alves

### Contato:

Assessoria de Participação Social e Diversidade- ASPADI

Ministério da Igualdade Racial -MIR

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco C, sala 329, 3º andar - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, 70046-900

E-mail: [participacao@igualdaderacial.gov.br](mailto:participacao@igualdaderacial.gov.br)

Fone: (61) 2027-3406

### Acompanhe o MIR em suas redes sociais



[@ministerioigualdaderacial](https://www.instagram.com/@ministerioigualdaderacial)



[facebook.com/minigualdaderacial/](https://facebook.com/minigualdaderacial/)



[@igualracial\\_gov](https://twitter.com/@igualracial_gov)



[YouTube @ministerioigualdaderacial](https://www.youtube.com/@ministerioigualdaderacial)

MINISTÉRIO DA  
IGUALDADE RACIAL

